



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

### Terceira reunião ordinária do Colegiado do Câmpus Jaraguá do Sul de 2017

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às catorze horas e nove minutos, na sala de reuniões, do bloco AA, reuniram-se os membros do Colegiado do IFSC – Câmpus Jaraguá do Sul – Centro 2016-2018, para a terceira reunião ordinária de 2017: \* Jaison Vieira da Maia – Presidente do Colegiado do Câmpus, \* Catia Regina Barp Machado – Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão, \* Rejane Maria Silva Graciosa – Chefe do Departamento de Administração \* os representantes dos servidores docentes: Gustavo da Silva Kern e Talita Cardoso Borges \* os representantes dos servidores Técnicos Administrativos: Laurinda Ines de Souza Moraes, Valli Regina Antonius Eissler e Joacir Melo da Silva \* Os representantes discentes: Rodrigo Dionissa e Liv Gabrielle Ferreira. \* Esteve presente ainda na reunião de forma integral: Cleide Elis da Cruz Raulino. A pauta da reunião foi enviada por e-mail no dia 6 de abril de 2017 a todos os membros do colegiado, servidores, Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico. De acordo com a pauta final encaminhada a todos os membros por e-mail no dia 11 de abril de 2017, o presidente do Colegiado do Câmpus, Jaison Vieira da Maia, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. De acordo com a pauta final, foram tratados os seguintes assuntos: **“I – EXPEDIENTE”**: \* **Informes**: o Presidente informou que a servidora Catia representou a Direção-Geral na reunião do Colégio de Dirigentes - CODIR realizada no dia 06/04, uma vez que o Diretor teve problemas particulares e não pode comparecer. Na respectiva reunião foi discutido o preenchimento de vagas disponíveis no banco de código de vagas do IFSC, com futuro lançamento de edital de remoção e concurso público. Conforme a tipologia do nosso câmpus, não teremos vagas disponíveis para contratação nesse momento. A servidora Laura colocou a preocupação para o caso da contingência de gastos pelo Ministério do Planejamento e se realmente será realizada a chamada. A servidora Catia explanou que os códigos de vagas já pertencem aos câmpus e cabe ao IFSC preencher as vagas. O presidente comunicou sobre a discussão da insalubridade no CODIR, onde houve indicativos que teremos mudanças com relação ao pagamento e a forma de medição das áreas insalubres. A servidora Valli questionou ainda, se houve o corte de adicional noturno, e o presidente respondeu que houve para alguns casos, explicando que o corte foi realizado somente para os docentes com Dedicação Exclusiva (DE). O presidente comentou sobre o Processo Seletivo para o ingresso em 2017/2 onde houve alterações nas inscrições, sendo que as modalidades foram separadas em datas distintas, ou seja, teremos três períodos distintos para inscrições, sendo par ao técnico integrado, técnico subsequente e a licenciatura. Além disso será adotado para o próximo processo de ingresso Chamadão, que nada mais é que após a 1ª chamada, não completando as vagas, será realizado a chamada de todos os candidatos classificados num mesmo dia, sendo que será feita a matrícula segundo a ordem de classificação dos presentes, até o preenchimento total das vagas ou enquanto houver classificados. Comentou ainda sobre a Comissão de adequação do Regimento Interno do Câmpus, onde solicitou que o servidor Gustavo

Av. Getúlio Vargas, 830 - Centro  
89251-100 - Jaraguá do Sul/SC  
Fone: (47) 3276-8700  
www.jaragua.ifsc.edu.br





INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

explanasse as atividades da comissão. Gustavo destacou a realização da consulta pública em data a ser definida, enfatizou ainda que para a consulta pública somente serão discutidos pontos que foram previamente encaminhados por formulário específico que será enviado pela presidente da comissão, a servidora Ariela. Referente ao PAT 2018, o presidente orientou sobre o cronograma e envio dos pré-projetos. Informou sobre o envio do valor da Manutenção da Unidade Gestora (MUG) na sexta-feira 07/04, comunicando que houve uma redução no valor previsto para o PAT 2018 em relação ao PAT 2017. A fase atual é de envio de pré-projetos até a quarta-feira próxima, dia 19/04. **“II – ORDEM DO DIA”:** \* **Pedido de desligamento do Colegiado do Câmpus do representante docente Ederson Stiegelmaier:** o presidente informou sobre o pedido realizado via e-mail pelo servidor. Não havendo oposição ao pedido a solicitação foi aceita. Encaminhamento: Desligamento do representante docente do Colegiado do Câmpus Ederson Stiegelmaier, sendo que o primeiro membro suplente do segmento docente, o qual assumirá a função de membro titular é o Luiz Fernando Macedo Morescki Junior \* **Retorno da indicação pelos segmentos do Colegiado do Câmpus para os representantes locais da Comissão Própria de Avaliação (CPA):** o Presidente solicitou a apresentação dos representantes para a Comissão Própria de Avaliação (CPA), onde segundo reunião anterior do Colegiado do Câmpus, cada segmento do colegiado faria a indicação de um membro titular e um suplente para seu segmento. Para o segmento dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE) indicou-se a servidora Valli Regina Antonius Eissler como membro titular e a servidora Laurinda Inês Souza de Moraes como membro suplente, para o segmento dos Docentes indicou-se os servidores Elson Quil Cardoso como membro titular e o servidor Juliano Amâncio Maritan como membro suplente, e para o segmento dos Discentes pela falta de indicação, ficou acordado o envio pelos representantes discentes do Colegiado do Câmpus para o e-mail da direção-geral com indicação dos membros da CPA, até a próxima semana. Encaminhamento: representantes TAE e Docentes indicados, com pendência dos representantes discentes. Assim que recebido os nomes do segmento discente, a direção-geral encaminhará o nome dos membros da CPA Local para a CPA Central para que seja emitida a portaria. \* **Retorno sobre os encaminhamentos institucionais dados quanto a nomenclatura dos cursos da área têxtil:** o presidente contextualizou o ponto de pauta, e lembrou que essa foi uma demanda do próprio Colegiado do Câmpus, já que na reunião de aprovação do Plano de Oferta de Cursos em Vagas (POCV), no final de 2016, questionou-se o planejamento de dois cursos técnicos subsequentes com mesma nomenclatura, Técnico Têxtil, porém, com ênfases diferentes, beneficiamento e malharia. Como encaminhamento dessa demanda, foi organizado uma reunião com os servidores das áreas envolvidas, a coordenação pedagógica, a Direção de Ensino do IFSC, a Direção-Geral do Câmpus, e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, Sendo que o presidente leu na íntegra o relato dessa reunião (ANEXO I) que foi realizada no dia 09/03 no câmpus Jaraguá do Sul – Centro. Após leitura foram feitos alguns questionamentos pelos membros presentes do colegiado, e após esclarecimentos do presidente, o mesmo reforçou os encaminhamentos que foram acordados na reunião com a presença do Diretor de Ensino do IFSC, o servidor





INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

Orlando Campanini, o qual representou a Pró-Reitoria de Ensino. \* **Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Língua Portuguesa para Surdos (Anexo 1):** o Presidente expôs que o documento foi incluído na pauta no e-mail de confirmação de pauta, enviado no dia que antecedeu a reunião do colegiado. Antes mesmo de iniciar a apreciação, a servidora Valli, em resposta ao pedido do presidente, destacou que o PPC não passou pela Coordenadoria Pedagógica para parecer do setor pedagógico. A servidora Valli comentou que o a Coordenadoria Pedagógica acha interessante a criação de um fluxograma que oriente quanto aos procedimentos para criação e aprovação de PPCs no câmpus, tanto para FIC e quanto para cursos regulares. Após algumas ponderações, se entendeu que esse fluxograma deveria prever etapas e prazos a serem cumpridas para que os PPC fossem encaminhados ao Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). O servidor Gustavo questionou quanto ao caráter da avaliação que a coordenadoria pedagógica realiza nos PPCs. A servidora Valli afirmou que a avaliação é realizada pelas pedagogas e não tem clareza sobre os detalhes do parecer. Após consenso de que a elaboração de um fluxograma dessa natureza contribuiria no sentido da orientação aos servidores, o presidente questionou sobre quem faria esse documento. A Diretora de EPE Catia sugeriu que a própria Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) realize esse documento e traga para análise do Colegiado do Câmpus. Os membros presentes aceitaram a sugestão da servidora, entendendo que esse é o setor que tem clareza sobre todas as etapas e prazos que são necessários para elaboração do fluxograma. Encaminhamento: O PPC de FIC de Língua Portuguesa para Surdos, proposto pela professora Veridiane deverá ser encaminhado a Coordenadoria Pedagógica para parecer, e somente após essa etapa retorna para o Colegiado do Câmpus. O DEPE elaborará um fluxograma com os procedimentos para criação e aprovação de PPCs no câmpus e trará para apreciação do Colegiado do Câmpus. \* **Apreciação do Edital nº 01 de Eleições para Coordenações (Anexo 2):** o presidente apresentou a comissão de eleições 2017, e a servidora Cleide representando a comissão, destacou quais são as coordenadorias que farão parte desse edital, sendo elas: Biblioteca, Pedagógico, Infraestrutura, Licenciatura em Física e Núcleo de Educação a Distância. O presidente questionou sobre a inclusão no edital da eleição para membros do Colegiado do Câmpus que representam o segmento discente, uma vez que alguns estão se formando ou já estão formados. A discente Liv lembrou dos casos em que os discentes têm dificuldade em participar, e outros que já estão formados e morando em outra cidade, inclusive destacou que ela irá se formar no meio do ano. Após algumas ponderações, se entendeu que como ainda temos discentes suficientes para serem os três titulares do segmento, até junho deste ano, não seria necessário a inclusão nesse edital. Encaminhamento: o edital proposto pela comissão foi aprovado, e a inclusão dos representantes do segmento discente no colegiado ficará para novo edital. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 16h15min pelo presidente Jaison Vieira da Maia, e eu, Vanessa Dal-Ri Gaia lavrei a presente ata que será lida e assinada pelos membros do Colegiado presentes.



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

Nome	Assinatura
Jaison Vieira da Maia	
Catia Regina Barp Machado	
Rejane Maria Silva Graciosa	
Talita Cardoso Borges	
Gustavo da Silva Kern	
Laurinda Inês Souza de Moraes	
Valli Regina Antonius Eissler	
Joarcir Melo da Silva	
Liv Gabrielle Ferreira	
Rodrigo Dionissa	



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

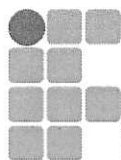
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

---

# ANEXO 1



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE SANTA CATARINA

Formulário de Aprovação de Curso e Autorização da Oferta

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**  
**Formação Inicial e Continuada em Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**

**Parte 1 (solicitante)**

**DADOS DO CAMPUS PROPONENTE**

**1. Campus:**

Jaraguá do Sul

**2. Endereço/CNPJ/Telefone do campus:**

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 830, bairro Centro

CEP: 89251-000

Jaraguá do Sul – SC

Telefone: (47) 3276-8700

Fax: (47) 3275-2185

CNPJ: 11.402.887/0005-94

**3. Complemento:**

Site: [www.jaragua.ifsc.edu.br](http://www.jaragua.ifsc.edu.br)

**4. Departamento:**

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

**5. Havendo parceria para oferta do curso, deve-se obedecer à seguinte sequência:**

Não há parceria.

**DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO DO CURSO**

**11 Nome do responsável pelo projeto:**

Veridiane Pinto Ribeiro

**12 Contatos:**

[veridiane.ribeiro@ifsc.edu.br](mailto:veridiane.ribeiro@ifsc.edu.br)

47-98480-8976

**Parte 2 (PPC – aprovação do curso)**

**DADOS DO CURSO**

**13 Nome do curso:**

Formação Inicial e Continuada em Ensino de Língua Portuguesa para Surdos



**14. Eixo tecnológico:**

Desenvolvimento Educacional e Social

**15. Modalidade:**

Presencial

**16 Carga horária total:**

80 horas

**PERFIL DO CURSO****17 Justificativa do curso:**

Em Santa Catarina, no ano de 2001 é revogada a Lei n. 11.869 que “reconhece oficialmente a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente”, além de determinar em seu art. 3º, inciso I, a inclusão da disciplina de Libras “nos currículos da rede pública estadual de ensino dos cursos de formação de nível médio e superior nas áreas de ciências humanas, médicas e educacionais”. No inciso II determina a libras “como conteúdo obrigatório nos cursos de estudos adicionais na área de surdez em nível de 2º e 3º graus”. (SCHIMTT, SILVA e BASSO, 2002, p. 132)

Em 14 de maio de 2004 é publicado em Diário Oficial de Santa Catarina, n. 17.395, a Portaria que dispõe sobre a Implementação da Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina em unidades escolares da rede pública estadual de ensino, objetivando reestruturar e regulamentar a educação de surdos do Sistema Regular de Ensino do Estado. (Diário Oficial – SC, 2004)

Com a sanção do Decreto 5626/2005, que regulamenta a Lei de Libras 10.436/2002, várias foram as diretrizes para formação de professores, incluindo-se a disciplina de Libras nas licenciaturas e Fonoaudiologia, bem como a criação do Curso de Graduação em Letras-Libras - Licenciatura e Bacharelado com o objetivo de preparar docentes e tradutores-intérpretes de Libras.

A partir do Decreto 5626/05, em Santa Catarina, a carga horária da disciplina de Libras nas instituições de nível superior tem, em média, 70 h/a, com uma ementa que contemplaria as peculiaridades sociais, linguísticas e educacionais da pessoa surda. Teoricamente, os professores do Estado receberiam formação para atuar na educação de surdos.

Porém, não basta adquirir conhecimentos básicos em Libras para ensinar uma criança surda a ler e escrever em Língua Portuguesa, é necessário que o professor esteja preparado para trabalhar com alunos que são considerados estrangeiros em sala de aula, pois são usuários de uma primeira língua diferente daquela que circula no espaço escolar. Ensinar Língua Portuguesa para surdos é como ensinar para estrangeiros de qualquer outra língua, e existem estratégias e metodologias específicas para este fim.

A realidade da inclusão tem imprimido aos professores da Educação Básica o desafio de alfabetizar e tornar crianças surdas bilíngues, usuários de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e Língua Portuguesa como segunda.

Com base na legislação vigente e na demanda existente em escolas inclusivas públicas Municipais, Estaduais e Federais, entendemos pertinente a oferta de cursos que preparem nossos professores alfabetizadores e de Língua Portuguesa para atender alunos surdos.

O NAPNE – IFSC-Campus Jaraguá do Sul, entendendo seu compromisso na oferta de cursos que possam suprir a demanda de preparação dos profissionais da educação para o ensino de Língua Portuguesa para surdos em escolas inclusivas de

nossa região, vem ofertar e apoiar este curso, que será ministrado pela professora Doutora Veridiane Pinto Ribeiro.

Ofertar cursos de caráter inclusivo, eleva nossa instituição mais um degrau em seu nível de excelência, pois cumpre com o papel social de atender a comunidade em sua necessidade de estar preparada para enfrentar com conhecimento e qualidade a inclusão de pessoas com deficiência.

### **18 Objetivos do curso:**

Define-se como objetivo principal preparar docentes para a alfabetizar e mediar a aquisição da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos.

Definem-se os seguintes objetivos específicos:

- Adquirir proficiência em libras coerente com a atuação de professor bilíngue para a educação básica;
- Adquirir conhecimentos para adequação de currículo, metodologia e avaliação;
- Estabelecer uma relação dialógica com o intérprete de libras, com o atendimento educacional especializado e com o aluno surdo;
- Conhecer as peculiaridades da aprendizagem da criança surda;
- Adotar posturas inclusivas construindo um ambiente bicultural em sala de aula;
- Adquirir conhecimentos sobre a produção de materiais didáticos para surdos;
- Compreender o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos, numa construção dialógica, reflexiva e funcional.

## **PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

### **19. Competências gerais:**

Espera-se que o curso possa preparar professores alfabetizadores e de Língua Portuguesa para a construção de sujeitos surdos letrados, bilíngues e biculturais.

### **20 Áreas de atuação do egresso:**

Escolas inclusivas com alunos surdos.

## **ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO**

### **21 Matriz curricular:**

Ensino de Língua Portuguesa para Surdos	80h
---	-----

### **22 Componentes curriculares:**

Unidade Curricular			
Ensino de Língua Portuguesa para Surdos			
Objetivos	Ementa	Abordagem e didática	Bibliografia



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adquirir conhecimentos para adequação de currículo, metodologia e avaliação;</li> <li>• Estabelecer uma relação dialógica com o intérprete de libras, com o atendimento educacional especializado e com o aluno surdo;</li> <li>• Conhecer as peculiaridades da aprendizagem da criança surda;</li> <li>• Adotar posturas inclusivas construindo um ambiente bicultural em sala de aula;</li> <li>• Adquirir conhecimentos sobre a produção de materiais didáticos para surdos;</li> <li>• Adquirir proficiência em libras coerente com a atuação de professor bilíngue para a educação básica;</li> <li>• Compreender o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos, numa construção dialógica, reflexiva e funcional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino de Língua Portuguesa para surdos</li> <li>• História, cultura e identidade surda</li> <li>• Políticas Públicas na Educação de Surdos</li> <li>• Fisiologia do ouvido</li> <li>• A aprendizagem da criança surda</li> <li>• Libras I</li> <li>• Libras II</li> <li>• Alfabetização e letramento na educação de surdos</li> <li>• Confecção de material didático para alfabetização de surdos</li> <li>• Literatura surda</li> </ul>	<p>Os participantes do curso terão acesso aos recursos disponíveis na biblioteca da instituição.</p> <p>Os equipamentos de apoio pedagógico, tais como projetor multimídia, vídeo e TV estão disponíveis no campus para o corpo docente.</p> <p>As aulas serão ministradas, priorizando atividades práticas através de aulas expositivas, debates, seminários, trabalhos em grupo, oficinas, podendo o professor desempenhar concomitantemente o desenvolvimento da disciplina e avaliação dos alunos.</p>	<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: USP: 2012. 2v. ISBN 9788531413308 v.1.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2009. 87 p. (Série estratégias de ensino ; 14.) ISBN 9788579340017.</p> <p>VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. Mãos Sinais: aprenda sinais com eficiência e rapidez. Curitiba – PR, 2010. ISBN: 978-85-60683-17-8</p>
---	--	--	---

## METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

### 24 Avaliação da aprendizagem:

A avaliação será formativa, diagnóstica e somatória. A recuperação será paralela para os alunos que obtiverem nota abaixo de 6,0.

O controle de frequência é realizado pelo professor e o aluno deverá apresentar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas. A variação das notas terá as seguintes interpretações:

Excelente = 9,00 a 10,00

Bom = 7,00 a 8,99

Regular = 5,00 a 6,99

Deficiente = 3,00 a 4,99

Insuficiente = 0,00 a 2,99

Incompleto = 0,00

Os critérios para aprovação serão:

1º A obtenção de, no mínimo, média global 6,0, acrescido de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas, confere ao aluno o direito à aprovação no curso;

2º Para o caso de obtenção de conceito “5,9” a “0,0”, o aluno terá direito à recuperação paralela, salvo casos de ausência, que necessitarão de processo de justificativa de falta ou segunda chamada de prova, protocolados junto à secretaria;

3º Produzir os trabalhos propostos pelo professor;

4º Trabalhar em equipe;

5º Cumprir prazos definidos para entrega de trabalhos e atividades;

6º Ser participativo(a), interessado(a), criativo(a) e ousado(a).

## **25 Metodologia:**

Muitas são as teorias relacionadas aos processos metodológicos de ensino de segunda língua, porém, na contemporaneidade emergem movimentos em defesa de uma metodologia de ensino que privilegie o conhecimento para uso social. Zabala (2008) faz uma abordagem sobre as práticas pedagógicas do professor e nos coloca que “[...] não basta repetir um exercício sem mais nem menos. Para poder melhorá-lo devemos ser capazes de refletir sobre a maneira de realizá-lo e sobre quais são as condições ideais de seu uso”. Para se aprender uma língua não basta, a cada aula, encher o quadro com listas de palavras conforme a categoria a ser estudada usando como forma de assimilação a repetição, acreditando que este estratégia irá favorecer a memorização dos vocabulários. Saviani (2006) faz uma importante contribuição neste sentido afirmando que “aprender não é primeiramente memorizar, estocar informações, mas reestruturar seu sistema de compreensão de mundo”. Aprender uma língua se dá em processos dialógicos, comunicativos e funcionais entre a primeira e a segunda língua do usuário.

Sendo o ouvinte usuário de uma língua oral-auditiva, no Brasil, a língua portuguesa, que é sua língua materna, considera-se que esse sujeito aprende a língua de sinais como sua segunda língua, como uma língua estrangeira. O mesmo acontece na aprendizagem da língua portuguesa para os surdos por ser este sujeito usuário de uma língua visuo-gestual-espacial, a língua de sinais. No contexto de aprendizagem na escola, isso representa dificuldades para os surdos.

Podemos, sem sombra de dúvida, relacionar essas dificuldades, tanto às experiências não significativas com a língua portuguesa, desenvolvidas pelos métodos utilizados no processo educacional dos surdos, quanto ao fato de o aprendizado da segunda língua ser realizado por meio dela própria, ou seja, uma língua que os surdos desconhecem (FERNANDES, 2009, p. 68).

Além disso, Selbach (2010, p. 27) afirma que “[...] aprender é se informar e, dependendo da natureza da informação, aprender significativamente é se transformar”. O autor apresenta a possibilidade de agregar ao ensino da segunda língua ao ensino sócio-histórico-cultural desta, oferecendo ao aprendiz a comunicação e a informação.

Importa também considerar, nos estudos sobre aquisição da segunda língua pelo surdo, a linguística contrastiva, definida por Quadros (1997, p. 101-102) como “uma forma



de trabalhar com o conhecimento explícito no ensino de [línguas]. Envolve a comparação entre duas ou mais línguas quanto aos níveis fonológico, semântico/pragmático, morfológico e sintático". Para o ensino de língua portuguesa para os surdos Quadros se posiciona afirmando que:

O uso da linguística contrastiva no ensino da língua portuguesa para surdos parece ser uma alternativa metodológica positiva para adolescentes e adultos. Não parece ser uma proposta adequada para crianças pequenas, porque trabalha com o conhecimento explícito das línguas. Apesar disso, a linguística contrastiva pode contribuir indiretamente para o processo de aquisição das crianças, pois o professor pode usar o seu conhecimento das diferenças entre as línguas para proporcionar interações com a língua que favoreçam inferências das próprias crianças sobre as diferenças sistemáticas (QUADROS, 1997, p. 103).

Para os surdos, o professor que adota em sua prática a abordagem da linguística contrastiva precisa ter profundo conhecimento dos fenômenos linguísticos relativos às duas línguas de contraste: a língua materna e a segunda língua. O aluno irá basear-se nos significados que domina em sua língua materna para compreender as relações linguísticas na aprendizagem da segunda língua.

A partir do momento em que reconhecemos que determinado conhecimento em língua materna é essencial ou facilita a assimilação da língua estrangeira em estudo, reconhecemos que a relação entre ambos os idiomas não só é estreita, mas, sim, que é inevitável (FERNÁNDEZ, 2004, p. 5-6).

O autor afirma que é ingênuo acreditar que os alunos irão separar completamente os dois idiomas, que não irão fazer analogias procurando pontos em comum e pontos divergentes entre as línguas, pois não é possível que o falante de língua materna esqueça de sua língua ao aprender a língua estrangeira. Portanto, o professor precisa analisar em quais momentos essa analogia pode auxiliar na compreensão e aprendizagem da segunda língua.

Trabalhar com o ensino de língua, seja ela a língua materna ou a segunda língua, aspectos como dialogismos, comunicação e funcionalidade são fundamentais para que a aprendizagem se dê de forma significativa para o universo linguístico da pessoa surda ou da pessoa ouvinte.

Buscando subsídio em instruções normativas já existentes para criação de novos cursos na área da educação de surdos, como a Lei de Acessibilidade 10.098/2000, sancionada pelo Decreto 5296/2004, pela Lei de Libras 10.436/2002 sancionada no Decreto 5626/2005, e em experiências de outras instituições de Ensino Superior. Para agregar qualidade ao capital humano com a qualidade que desejamos para este projeto, a formadora é mestre e doutoranda em Língua de Sinais, com experiência de dez anos em escola bilíngue para surdos e classes de escolas polo para alfabetização de crianças surdas.

## **ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO**

### **26 Instalações, ambientes físicos e equipamentos, necessários ao funcionamento do curso:**

#### **a) Instituição**

1 sala de aula com capacidade para 40 alunos, equipada com projetor de slides e projetor multimídia.

#### **b) Biblioteca**

A biblioteca da instituição apresenta acervo satisfatório.

#### **c) Recursos de Informática**

A instituição dispõe de laboratório de informática, mediante agendamento prévio.

#### **d) Reprografia (fotocópias)**

Disponível conforme necessidade de material e fotocopiado pelo professor.

## **27 Corpo docente e técnico-administrativo necessário para funcionamento do curso:**

O curso será ministrado pela professora Doutora Veridiane Pinto Ribeiro. Esta professora é mestre e doutora em Língua de Sinais e é efetiva com dedicação exclusiva nesta instituição.

## **Parte 3 (autorização da oferta)**

### **28 Justificativa para oferta neste Campus:**

Desde a década de 90, o Brasil vem defendendo a inclusão de Pessoas com Deficiência em todas as Escolas Públicas. Uma política de respeito aos direitos de todos ao acesso à educação que vem acompanhada de muitos desafios e enfrentamentos. Os esforços no sentido de suprir as adequações necessárias por conta da crescente demanda de alunos com deficiência tem levado à criação de diferentes fontes para a aquisição de materiais permanentes e de consumo, de ampliação e adequação arquitetônica, além da implantação de cursos de capacitação para formar em meio a comunidade do entorno escolar, profissionais que possam atender as necessidades educacionais e o bem estar dos alunos com deficiência.

Nossa comunidade apresenta um cenário plenamente inclusivista em escolas estaduais e municipais, porém ainda se fazem necessárias maiores oportunidades para preparar diferentes profissionais que possam atuar em diferentes áreas da educação inclusiva.

Este projeto visa contribuir neste processo oferecendo formação voltada para o atendimento às pessoas surdas. A Lei de Libras de 2002 e o Decreto 5626 de 2005 asseguram aos surdos o direito a aprendizagem do Português como segunda língua. Com base na legislação vigente a formação pode ser em nível médio ou superior.

Na região de Jaraguá do Sul não há cursos com este enfoque profissional, apenas cursos básicos que oferecem à comunidade um conhecimento superficial sobre a Libras. A graduação em Pedagogia Bilingue é distante da nossa realidade. Enquanto a formação de profissionais nesta área ocorre a passos lentos, os alunos surdos encontram-se nas escolas aguardando que providências sejam tomadas para que possam ter seus direitos linguísticos garantidos.

O IFSC – Campus Jaraguá do Sul, tem a possibilidade de contribuir neste momento com a oferta de um curso que pode complementar a formação de profissionais da Educação Básica, na área do ensino de Português como primeira e segunda línguas.

### **29 Itinerário formativo no contexto da oferta/campus:**

A instituição, comprometida com o propósito de contribuir na qualidade da Educação Básica de nossa região, oferece o curso de Licenciatura em Física, único na região. O curso compõe em sua grade curricular a disciplina de Libras que tornou-se obrigatória nos cursos de Licenciatura desde de 2005. Desta forma, o curso de Ensino de Língua Portuguesa para Surdos vem somar às iniciativas que tendem a contribuir com a educação de qualidade, acessível a todos.

### **30 Frequência da oferta:**

Uma vez por ano.

### **31. Periodicidade das aulas:**

Duas vezes por semana, três horas por dia.



**32 Local das aulas:**

As aulas serão ministradas nas dependências do IFSC-Campus Jaraguá do Sul.

**33 Turno de funcionamento, turmas e número de vagas:**

Semestre letivo	Turno	Turmas	Vagas	Total de vagas
2017/2	vespertino	1	40	40

**34 Público-alvo na cidade/região:**

O nosso público-alvo são servidores federais, estaduais e municipais da área da educação, pessoas das comunidades interna e externa que tenham interesse em adquirir conhecimentos na área do Ensino de Língua Portuguesa para Surdos.

**35 Pré-requisito de acesso ao curso:**

Para ingresso no curso o cursista precisa ser aluno de cursos de formação de professores como o Magistério em Nível Médio e cursos de Licenciaturas.

**36 Forma de ingresso:**

Por interesse

**37 Caso a opção escolhida seja análise socioeconômico, deseja acrescentar alguma questão específica ao questionário socioeconômico?**

Não.

**38 Corpo docente que atuará no curso:**

Profa. Dra. Veridiane Pinto Ribeiro



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

---

# ANEXO 2



## **EDITAL DE ELEIÇÕES PARA COORDENADORIAS**

### **CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL**

**Edital 01/2017**  
**Eleição de Coordenadorias:**

- Coordenadorias ligadas a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão:
  - Núcleo de Educação a Distância,
  - Biblioteca;
  - Coordenadoria Pedagógica e
  - Curso de Licenciatura em Física;
- Coordenadorias ligadas ao Departamento de Administração:
  - Infraestrutura.

A Comissão Eleitoral do Câmpus Jaraguá do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSC), designada pela Portaria Interna nº 75/2017, de 24 de março de 2017, torna pública as normas a seguir referentes ao processo de escolha para Coordenador de Curso e Coordenadores de setor.

#### **1. Da Organização**

- 1.1 A inscrição dos candidatos deverá ser efetuada mediante requerimento próprio, em data, local e horário divulgado no item 1.6 deste edital.
- 1.2 Será afixada no mural localizado no hall do Bloco Administrativo do Câmpus Jaraguá do Sul, até às 19h do dia reservado às inscrições, previsto no cronograma, a relação dos nomes dos candidatos inscritos cujas candidaturas foram homologadas pela Comissão Eleitoral.
- 1.3 A votação será realizada em data, local e horário informados no item 1.6 deste edital.
- 1.4 A apuração dos votos será realizada em data, horário e local divulgados no item 1.6

deste edital.

1.5 A divulgação dos resultados da apuração e da homologação dos candidatos eleitos será realizada em data e horário divulgados no item 1.6 deste edital.

1.6 O cronograma do processo eleitoral está apresentado a seguir:

<b>ETAPA</b>	<b>PERÍODO</b>
Publicação do edital	17 de abril de 2017.
<b>Inscrição dos candidatos</b>	De 18 a 24 de abril de 2017, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h, no Departamento de Administração.
Divulgação dos candidatos inscritos	25 de abril 2017.
Recebimento de pedidos de impugnação de inscrições	Até 26 de abril de 2017, às 17h, no Departamento de Administração.
Divulgação das inscrições homologadas e do resultado dos pedidos de impugnação	27 de abril de 2017.
Campanha eleitoral	27 a 02 de maio de 2017.
<b>Data da votação eleição</b>	<b>03 de maio de 2017, das 10h às 19h30min.</b>
Apuração	03 de maio de 2017, a partir das 19h30min.
Divulgação do resultado da apuração	04 de maio de 2017, até às 10h.
Prazo de recurso contra o resultado da apuração.	04 de maio de 2017, até às 17h, no Departamento de Administração.
Homologação dos eleitos.	05 de maio de 2017.

## **2. Dos requisitos dos candidatos**

2.1 Qualquer servidor ativo permanente do quadro de pessoal lotado no Câmpus Jaraguá do Sul do IFSC e não estar afastado de suas atividades, exceto para a coordenadoria de Graduação em Física;

2.2 Para a Coordenadoria de Graduação em Física (Licenciatura), qualquer servidor docente ativo permanente do quadro de pessoal lotado no Câmpus Jaraguá do Sul do IFSC e não estar afastado de suas atividades;

2.3 As atividades de divulgação das candidaturas, durante campanha eleitoral, serão de responsabilidade dos candidatos.

### **3. Dos Eleitores**

3.1 Serão eleitores para a escolha das Coordenadorias, a que se refere este edital, todos os servidores do quadro ativo permanente, lotados no Câmpus Jaraguá do Sul.

3.2 Serão eleitores para a Coordenadoria da Graduação em Física (Licenciatura), além dos servidores, que trata o item 3.1, os discentes regularmente matriculados no respectivo curso.

3.3 Não poderão participar da votação deste processo eleitoral:

I – funcionários contratados por empresas de terceirização de serviços;

II – ocupantes de cargos de direção sem vínculo permanente com a instituição; e

III – professores substitutos e temporários, contratados com fundamento na lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

### **4. Do Processo de Votação**

4.1 Os votos dos servidores e alunos serão tomados em urna única, com distinção de cores das cédulas, afim de apurar os representantes eleitos para cada um dos segmentos da comunidade acadêmica, a saber: docentes, técnicos-administrativos em educação e discentes.

4.2 Não será permitido voto por procuração.

4.3 O eleitor cujo nome não constar na Lista de Eleitores deverá procurar a Comissão Eleitoral para análise e parecer.

4.4 A ordem dos nomes na cédula será alfabética.

4.5 Os eleitores deverão apresentar documento oficial com foto ou crachá para a mesa receptora no ato da votação.

4.6 Cada eleitor deverá assinalar apenas **1 (uma) opção** dentre os candidatos presentes em sua cédula de votação.

4.7 O local de votação será divulgado pela Comissão nos dias precedentes à eleição e o local estará indicado no dia da eleição.

4.8 A mesa receptora será composta por 2 (dois) integrantes, designados pela Comissão Eleitoral, na seguinte disposição:

I – um presidente da mesa receptora, sendo obrigatoriamente servidor;

II – um membro da mesa, sendo servidor ou aluno.



## **5. Da Apuração**

5.1 A mesa apuradora de votos será composta por pelo menos três membros que serão designados pela Comissão Eleitoral, devendo um deles obrigatoriamente ser servidor do quadro ativo permanente.

5.2 Serão considerados votos brancos todos aqueles que não possuírem indicação quanto à escolha do eleitor.

5.3 Serão considerados votos nulos aqueles que apresentarem uma ou mais das seguintes situações:

- cédulas com rasuras, ou danificadas, de forma que não permitam apurar adequadamente o voto do eleitor;
- cédulas com identificação do eleitor;
- cédulas com dizeres outros que não seja a indicação de seu voto;
- cédulas que contenham votos em 02 (dois) ou mais candidatos da mesma coordenadoria;
- cédulas não oficiais.

5.4 O resultado final, em percentual, de cada candidato, na sua respectiva coordenadoria será calculado segundo a fórmula:

$$X (\%) = \frac{\text{Número de votos do candidato} \times 100}{\text{Número total de votantes do segmento}}$$

## **6. Da Homologação**

6.1 Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maior número de votos percentuais, na sua respectiva coordenadoria.

6.2 Caso haja candidato único para uma respectiva Coordenadoria, este, em eleição, deve alcançar mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos.

6.3 A homologação se dará em data prevista no item 1.6 deste edital.

## **7. Da Posse**

7.1 A posse para as coordenadorias se dará na data expressa no diário oficial, posterior à homologação dos resultados desse Edital.

## **8. Das Disposições Gerais**

8.1 Das decisões da Comissão Eleitoral caberão recursos dentro do prazo disposto no item 1.6 deste edital, ou dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da publicação do ato quando não estiver disposto prazo específico no item 1.6 deste edital.

8.2 Os recursos deverão ser protocolados no Departamento de Administração.

8.3 Se uma das vagas de que trata este edital tiver sido objeto de processo eleitoral anterior e, pela segunda vez seguida, não vier a ter candidatos aprovados para a sua ocupação, caberá à Direção-Geral do câmpus indicar um servidor para a respectiva coordenadoria. Esta indicação deverá ser aprovada pelo Colegiado do câmpus e terá mandato de 1 (um) ano contado da data da posse.

Parágrafo único. A indicação de que trata o item 8.3 deve respeitar os requisitos estabelecidos neste edital.

8.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, podendo ser consultados o Colegiado do câmpus ou a Direção-Geral do câmpus.

Publique-se e cumpra-se.

---

Presidente da Comissão Eleitoral

Jaraguá do Sul, 17 de abril de 2017.